Idem de Sandoeira, freguesia de Rio do Couros, concelho de Vila Nova de Ourém.

Idem da Portela dos Padoiros, freguesia de S. Salvador, concelho de Santarém.

Idem da sede do concelho de Odemira (1.º lugar).

Idem da sede do concelho da Vidigueira.

Idem da sede do concelho de Avis.

Idem de S. Vicente, concelho de Elvas.

Mixta de Beco, concelho de Ferreira do Zézer.

Idem de Aldeia da Vendinha, freguesia de Pigeiro, concelho de Évora.

2.ª Circunscrição escolar — Coimbra

Sexo masculino de Carvalho Bemfeito, concelho das Caldas da Rainha.

Idem de S. Miguel, concelho de Penela.

Idem de Verride, concelho de Montemor-o-Velho.

Idem da sede do concelho de Cantanhede (2.º lugar).

Idem de S. Martinho da Gândara, concelho de Oliveira de Azeitões.

Idem de Calvão, freguesia e concelho de Vagos.

Idem de Oliveira de Fazemão, concelho de Tábua.

Idem do concelho de Serrazes, concelho de S. Pedro do Sul.

Idem da Boa Vista, freguesia de Pousos, concelho de Leiria.

Idem de Moinhos, freguesia de Carvide, concelho de Leiria.

Idem da Granja do Têdo, concelho de Tabuaço.

Idem da Arrifana, concelho da Feira.

Idem de Branca, concelho de Albergaria-a-Velha.

Idem do Juncal, concelho de Porto de Mós.

Idem de Reguengo, concelho da Batalha.

Idem da sede do concelho de Albergaria-a-Velha (2.º lugar).

Idem de Forninhos, concelho de Aguiar da Beira.

Idem de Espinhosa, concelho da Pesqueira.

Idem de Rocas, concelho de Sever do Vouga.

Idem de Pessegueiro, freguesia de Pousa Flores, concelho de Ancião.

Idem de Coentral Grande, concelho de Pedrógão Grande.

Idem de Friumes, concelho de Penacova.

Idem de S. Pedro do Paraíso, concelho de Castelo de Paiva.

Sexo feminino de Meruge, concelho de Oliveira do Hospital.

Idem de Lentisqueira, freguesia e concelho de Mira.

Idem de Pereiro, concelho de Tabuaço.

Mixta de Espinho, concelho de Mortágua.

Idem de Folgoso, freguesia de Castanheira, concelho de Agueda.

Idem de Malpique, concelho de Belmonte.

Idem de Roda Cimeira, freguesia de Alvares, concelho de Góis.

Idem de Ariz, concelho de Moimenta da Beira.

Idem de Escumalha, freguesia de Fobres, concelho de Cantanhede.

Idem das Castanheiras, freguesia de Caria, concelho de Belmonte.

Idem da Andorinha, freguesia de Travanca, concelho de Oliveira do Hospital.

Idem de Anobra, concelho de Condeixa.

Idem de Albitelhe, freguesia de Campia, concelho de Vouzela.

3.ª Circunscrição escolar — Porto

Sexo masculino de Talhas, concelho de Macedo de Cavaleiros.

Sexo masculino da sede do concelho de Valença (três lugares).

Sexo masculino de Vilar de Pordizes, concelho de Montalegre.

Idem de Pegarinhos, concelho de Alijó.

Idem de Ifanes, concelho de Miranda do Douro.

Idem de S. Pedro da Silva, concelho de Miranda do Douro.

Idem da Foz-do Sousa, concelho de Gondomar.

Idem de Atenor, concelho de Mogadouro.

Idem de Vilarandelo, concelho de Valpaços.

Idem de Vale de Gouvinhas, concelho de Mirandela.

Idem de S. Vicente, concelho de Chaves.

Idem de Murça, concelho de Murça.

Idem de Padronelos, concelho de Montalegre.

Idem da sede do concelho de Fafe (2.º lugar).

Idem de Oucidres, concelho de Chaves.

Idem da freguesia de Campeã, lugar de Perceiro, concelho de Vila Real.

Idem de S. João de Vila Chã, concelho de Ponte da Barca.

Idem de Lebução, concelho de Valpaços.

Idem de Chacim, concelho de Macedo de Cavaleiros.

Idem de Constantino, concelho de Miranda do Douro.

Idem de Rio Torto, concelho de Valpaços.

Idem de Póvoa, concelho de Miranda do Douro.

Idem de Vale Frechoso, concelho de Vila Flor.

Idem da freguesia de Santa Looçádia, lugar de Adães, concelho de Chaves.

Idem de Ardãos, concelho de Boticas.

Idem de Penacova, concelho de Felgueiras.

Idem de Mairós, concelho de Chaves.

Idem da sede do concelho de Montalegre.

Idem de Belver, concelho de Carrizada de Anciães.

Idem de Alturas, concelho de Boticas.

Idem de Covelos, concelho de Sauto Tirso.

Idem de Melres, concelho de Gondomar.

Idem de Bouçoães, concelho de Valpaços.

Idem do lugar e freguesia de Caramos, concelho de Felgueiras.

Sexo feminino de Ovil, concelho de Baião.

Mixta de Carva, concelho de Murça.

Idem de Agrobom, concelho do Alfândega da Fé.

Idem do Soutelo Mourisca, concelho de Macedo de Cavaleiros.

O prazo do concurso, nos termos do decreto de 7 de Janeiro do corrente ano, publicado no *Diário do Governo* n.º 6, começa na data da chegada do vapor que conduz este *Diário* à sede do distrito respectivo. Termina trinta dias depois.

Os requerimentos dos candidatos serão enviados ao inspector da 1.ª Circunscrição escolar, acompanhado dos documentos indicados no artigo 136.º do decreto regulamentar de 19 de Setembro de 1902.

Nos termos do artigo 29.º da lei de 29 de Março de 1911, não são admitidos candidatos do sexo feminino aos concursos de escolas do sexo masculino.

Direcção Geral da Instrução Primária, em 17 de Abril de 1912.—O Director Geral, *Leão Azêdo*.

Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial

3.ª Repartição

Por despacho de 13 do corrente:

António José da Silva Marçal, professor efectivo do liceu de Pedro Nunes—licença de trinta dias por motivo de doença.

Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, em 16 de Abril de 1912.—O Director Geral, interino, *J. M. de Queiroz Veloso*.

Direcção Geral de Saúde

Visto o disposto no n.º 3.º do artigo 14.º do regulamento da vacina anti-variólica de 23 de Agosto último e as respectivas informações officiaes:

Manda o Governo da República Portuguesa aprovar o seguinte regulamento do Instituto Vacínico Portuense, instalado na Rua de Santa Catarina, n.º 224, e que da presente portaria fica fazendo parte.

Paços do Governo da República, em 17 de Abril de 1912.—O Ministro do Interior, *Silvestre Falcão*.

Regulamento do Instituto Vacínico Portuense

Artigo 1.º O Instituto Vacínico Portuense, estabelecido na Rua de Santa Catarina, n.º 244, será destinado à cultura, preparação, emprêgo, conservação e fornecimento da vacina anti-variólica, de origem animal (*cow-pox*), para o que terá todas as instalações necessárias.

Art. 2.º O pessoal deste estabelecimento será o seguinte:

O médico director;

1 médico sub-director e preparador;

1 médico veterinário;

E, como pessoal inferior, haverá um palafreireiro, 2 criados e um servente.

Art. 3.º As vitelas, destinadas à produção da vacina, serão compradas por conta do Instituto, e das melhores raças do norte: *Minhota, Barrosa e Arouquesa*.

Art. 4.º Horas depois das vitelas terem dado entrada no Instituto, serão limpas por meio de escovas e ferros próprios, lavadas com esponja, embebida em soluto desinfectante, cobertas com coberturas previamente assepsadas, de lã ou doutros tecidos, adaptados à estação, e submetidas ao seguinte regime alimentar: feno molido e seco, água fervida com farinha de milho ou de trigo e pão de milho.

Em tempos normais nenhuma vitela será inoculada sem estar oito dias em observação no Instituto, superintendendo nesta o médico veterinário, incumbido do serviço da sua profissão, e de informar o director ou sub-director do que julgar conveniente.

Nos tempos anormais, quando grassar alguma epizootia, as vitelas, antes de darem entrada no Instituto, ficarão isoladas num estábulo, para este fim destinado, na Rua de Oliveira Monteiro, n.º 57, em observação por alguns dias.

Para cada animal haverá um boletim especial com indicações impressas para serem completadas com o número de ordem respectivo, idade do animal, raça ou proveniência, dia da entrada, dia e hora da inoculação, tempo de observação, estado de saúde e nutrição, dia da colheita da vacina, número de escarificações feitas, região, processo seguido, número de pústulas, dia de saída do animal do Instituto, gráfico da curva térmica, tomada diariamente de manhã e de tarde, indicando o período da tuberculinação, declaração do exame sanitário feito pelo médico veterinário, resultado dos exames bacteriológicos e clínicos, feitos à vacina do animal pelo médico preparador.

Será no primeiro dia que começará a ser tirada a temperatura rectal e no segundo ou terceiro que se praticará a injecção da tuberculina pelo processo da injecção sub-cutânea (2 c. c. para cada animal), adoptando-se para apreciação dos resultados, as conclusões aceites no Congresso de Medicina Veterinária de Budapesth de 1905.

Art. 5.º As operações de inoculação das vitelas, colheita, preparação, conservação e verificação da virulên-

cia da vacina serão feitas com todos os cuidados que a sciência recomenda, empregando-se os processos seguidos nos estabelecimentos congêneros mais competentes, que não tem o carácter verdadeiramente comercial; assim:

a) Inoculação.—Colocada e atrelada a vitela na banca, de modo a impedir-se-lhe o mais possível os movimentos, estando no decúbito lateral esquerdo, proceder-se há ao corte do pêlo na região inguino-mamária até alguns centímetros de distância da região umbilical, alargando-se, por vezes, o campo, quando as circunstâncias a isto forcarem e, em seguida, à rasoura com máquina própria (modificação do Instituto) ou navalha, tendo-se previamente ensaboado esta região com sabão, segundo a fórmula:

Sabão branco em pó—60 gramas.

Glicerina Price's—129 gramas.

Água destilada e esterilizada—q. b. para 2:000 centímetros cúbicos.

Todo o campo para a inoculação e alguns centímetros além será desinfectado com água bórica a 5 por cento, a seguir, com alcool puro, sendo depois irrigado mais quatro a seis vezes com água esterilizada.

Enxuto o campo vacínico, por meio de algodão hidrófilo esterilizado, ou outro meio aséptico, proceder-se há à inoculação da vacina por meio de pequenas incisões de 2 a 3 centímetros de comprimento, simples, duplas ou triplas, distanciadas, aproximadamente, 2 centímetros umas das outras e de modo que só interessem a epiderme sem corrimento sanguíneo. A inoculação será feita com *cow-pox* de reserva, seleccionado, de vaciníferas anteriores e de virulência e pureza já conhecidas. Passados vinte minutos, depois das últimas inoculações, será o animal retirado da banca, coberto com cobertura aséptica e levado para o estábulo, onde ficará sob todos os cuidados durante o curso da evolução das pústulas, desde a limpeza dos estábulos e da alimentação (tendo a mais alguns ovos emulsionados com farinha triga) até a observação da temperatura rectal, diariamente tirada de manhã e à tarde.

b) Colheita.—A colheita será feita no quarto ou no quinto dia, depois da inoculação, segundo o *summum* da actividade, indicado pela evolução das pústulas.

Nesta operação proceder-se há da seguinte forma:

Toda a superfície eruptiva será limpa com pelotas de algodão hidrófilo esterilizado e, a seguir, irrigada com água destilada e esterilizada, por duas vezes, sendo a primeira adicionada com bi-carbonato de soda a 5 por cento, enxugando-se rapidamente com algodão esterilizado, a fim de evitar o amolecimento e destruição das pústulas.

Preparado assim o campo eruptivo por todos os meios asépticos, eliminar-se há logo com cureta própria as pústulas que não apresentem os caracteres clássicos, a seguir, com a pinça Chambom, far-se há a expressão na base das pústulas típicas, uma por uma, curetando estas e depositando a sua linfa, de mistura com a substância orgânica, em recipientes apropriados, previamente esterilizados.

Terminada que seja a colheita, a beneficio do animal, todo o campo de erupção será lavado com água fénica a 5 por cento, lubrificada com vaselina salolada e polvilhada com pós de amido canforados.

c) Preparação e conservação.—A polpa assim obtida, será preparada na proporção de 1 para 2 de veículo (glicerina pura e neutra com parte igual de água destilada e esterilizada), sendo o todo triturado por meio de aparelhos próprios até ficar um preparado perfeitamente homogénio, com o qual, depois do tempo suficiente, para a depuração, em recipientes apropriados, esterilizados, herméticamente fechados e conservados na geleira, se procederá ao enchimento dos tubos por meio de aparelhos próprios de pressão ou aspiração.

d) Verificação da pureza e virulência da vacina.—A vacina, antes do ser empregada ou expedida do Instituto, será submetida a exame bacteriológico e a experiências, quer, de preferência, em vacinados (*primo-inoculados*) se apparecem, nessa ocasião, quer nas vitelas vaciníferas sucessivas.

No primeiro caso—nos primo-inoculados—apenas se fará a inoculação em dois pontos em um dos braços, vacinando no outro com vacina de virulência e pureza conhecidas; no segundo—nas vitelas vaciníferas—as inoculações de experiência serão feitas em uma pequena parte do campo vacínico, que fica marcado.

Também se farão experiências em coelhos, que deverão ser de preferência *albinos*, a fim de se fazer o *controle* da vacina e observar a sua actividade.

Estas experiências serão feitas pelos métodos de *Calmette et Guérin—de Kelchs* ou de *Gorini*.

No exame bacteriológico proceder-se há ao exame directo e ao cultural.

No exame directo a amostra vacínica, colhida asépticamente, deverá ser estendida em lâminas, fixada pelo calor e corada pelo método da coloração simples—teoína fénica (ou outro corante básico), e pelo método da coloração dupla—método de Gram.

Não exame cultural proceder-se há aos ensaios sobre geloso em estria e em placas de Petri (disseminação à superfície das mesmas com uma ansa de vidro), a temperaturas convenientes na estufa, contagem dos gormes e estudo detalhado de cada colónia desenvolvida.

Art. 6.º A todas as operações de inoculação, colheita, preparação da vacina, exames bacteriológicos, observações clínicas e demais experiências presidirá o médico

director ou o médico sub-director, e nenhuma vacina será fornecida ou empregada sem prévio reconhecimento da sua pureza e actividade.

Art. 7.º A vacina para a venda e emprêgo no Instituto será conservada em tubos, ampolas e placas de vidro, previamente esterilizados.

(Os tubos serão de diferente forma (cilíndricos e Bretonneau) e de capacidade para quatro, seis e dez vacinas).

Os cilíndricos serão capsulados por meio dum composto de parafina, cera amarela e salol, levado à temperatura da chulhição.

Os de sistema Bretonneau serão fechados ao maçarico. As placas serão unidas com parafina esterilizada e resguardados por papel estanhado e respectiva etiqueta.

Art. 8.º Os tubos, ampolas ou placas de vacina destinada a ser fornecida gratuitamente, vendida ou empregada nas vacinações no Instituto serão rotuladas com a indicação clara da data da produção e do respectivo lote, com relação à vacina do mesmo animal e depositados em recipientes de vidro que, para melhor resguardo, ficam em caixas de folha esterilizada com a repetição, por fora, das referidas etiquetas e serão depositadas nas geleiras.

Art. 9.º Para a expedição da vacina haverá estoques especiais e todos os meios de acondicionamento para que chegue ao seu destino ao abrigo das causas que possam alterá-la.

Os tubos, ampolas ou placas serão acompanhados de instruções elucidativas acerca do emprêgo da vacina, da sua conservação e vantagens e duma lanceta própria, modelo Mareschal ou modelo do Instituto.

Art. 10.º Não se empregará nem se fornecerá vacina conservada que tenha mais de sessenta dias. Entretanto, sempre que a haja em abundância, deverá empregar-se a que não tenha mais de quinze dias.

Art. 11.º No Instituto, além doutros livros para fins diversos, haverá dois para o registo:

Um, destinado às operações praticadas nos indivíduos da espécie humana com as indicações de nome, idade, filiação, dia de inoculação, região, número de pontos inoculados, resultado da operação, natureza das pústulas vacínicas, constituição do vacinado, precedentes hereditários e se a vacinação foi feita no Instituto ou no domicílio.

Outro, com as indicações do número das vitelas por ordem da entrada no Instituto, idade, procedência ou raça, a quem foi comprada, dia da entrada, tempo de observação, estado de saúde e nutrição aparente, dias das inoculações, região, processo seguido, número, evolução cíclica das pústulas, dia da extracção da vacina, número de tubos e de lâminas aproveitados, dia da saída do animal, e quando foi abatida.

O resultado da autópsia, feita no Matadouro Municipal, ficará arquivado em boletins assinados pelo veterinário municipal e colleccionados com os gráficos da curva térmica da vacinifera desde a sua entrada no Instituto até a sua saída.

Art. 12.º O Instituto estará aberto em todos os dias úteis, das 10 horas às 12 e das 14 (2) às 16 (4) horas, a que poderá ser visitado e durante as quais se procederá aos trabalhos da vacinação.

Art. 13.º Na sua sede as vacinações aos pobres, militares, e empregados públicos que não tenham ordenado superior a 1\$000 réis diários, serão gratuitas. A todas as pessoas vacinadas no Instituto se passará um atestado gratuito, sempre que o reclamem, dentro de sete dias, a contar da inoculação.

Art. 14.º O Instituto estará à disposição da Faculdade de Medicina do Porto para prelecções aos seus alunos sobre a técnica da vacinação, estudo da pureza, actividade e preferência da vacina animal.

Art. 15.º O Instituto continuará a satisfazer todas as disposições legais em harmonia com o actual Regulamento da vacina anti-variólica e obrigações que lhe sejam impostas.

Porto, 9 de Fevereiro de 1912.—O Director do Instituto Vacínico Portuense, *Joaquim Maria da Costa*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Conservatória Geral do Registo Civil

Despachos efectuados em 17 de Abril de 1912

António Gonçalves Viana—nomeado ajudante do posto do registo civil da freguesia de Melres, do concelho de Gondomar.

Joaquim José Pereira Mendes—nomeado ajudante do posto do registo civil da freguesia de Rio Douro, do concelho de Cabeceiras de Basto.

Anexando ao posto do registo civil da freguesia do Alcanena, do concelho de Torres Vedras, o lugar do Peral, que fica desanexado do posto do registo civil da freguesia de Bugalhos, do mesmo concelho.

Anexando ao posto do registo civil da freguesia de Assentis, do concelho de Torres Vedras, o lugar das Moiras Grandes, que fica desanexado do posto do registo civil da freguesia dos Casais da Igreja.

Licença

Álvaro Coelho dos Santos Moinhos, ajudante da repartição do registo civil do concelho da Chamusca—concedidos trinta dias de licença de que pagou os respectivos emolumentos.

Rectificação

Declara-se que o pôsto do registo civil a que foi anexada a freguesia de Candedo, do concelho de Vinhais, é Edral e não Espal, como foi publicado.

Conservatória Geral do Registo Civil, em 16 de Abril de 1912.—O Conservador Geral, *Germano Martins*.

Direcção Geral de Justiça

1.ª Repartição

Despachos efectuados nas seguintes datas, tendo o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 15 do corrente mês, os que estão nos casos do artigo 44.º e seus parágrafos, da lei de 9 de Setembro de 1912.

Abril 13

Bacharel Bernardo Pinheiro de Aragão—declarado sem efeito o decreto de 6 de Abril corrente que o nomeou sub-delegado do Procurador da República na 1.ª vara da comarca do Porto.

Bacharel Agostinho Caetano Brás Correia Afonso—nomeado sub-delegado do Procurador da República, na comarca de Vila Franca de Xira.

António Rodrigues Loureiro—nomeado official de diligências, substituto, do julgador municipal do Carregal do Sal, no impedimento de Manuel Rodrigues Pita.

Abril 17

Jacinto Pedro de Sousa—aprovado para ajudante do conservador do registo predial na comarca de Albufeira.

Licença de que foram pagos os emolumentos:

Abril 9

Bacharel Joaquim António Vaz Pereira, notário em S. Martinho de Mouros, comarca de Resende—trinta dias, podendo gozá-los fora do país.

Declara-se que o nome do notário, interino, de Cabeceiras de Basto é Francisco Xavier Mousinho da Silveira Canavarro de Valadares, e não como saiu publicado no *Diário do Governo*, de 16 de Abril corrente.

Direcção Geral da Justiça, em 17 de Abril de 1912.—O Director Geral, *Germano Martins*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Secretaria Geral

Por despacho de hoje:

Concedidos sessenta dias de licença, com vencimento, para tratar da sua saúde ao segundo medidor official da praça do Porto, em serviço na Direcção Geral da Estatística, Adelino Cabral.

Ministério das Finanças, Secretaria Geral, em 17 de Abril de 1912.—*M. M. A. da Silva Bruschy*.

Direcção Geral da Fazenda Pública

2.ª Repartição

Por despacho da presente data:

Francisco Maria de Mira, tesoureiro da Fazenda Pública no concelho de Moura—licença de quinze dias para gozar no estrangeiro.

Direcção Geral da Fazenda Pública, em 17 de Abril de 1912.—O Director Geral, interino, *M. M. Augusto da Silva Bruschy*.

Direcção Geral da Contabilidade Pública

2.ª Repartição

Anuncia-se, em observância do decreto com força de lei de 5 de Dezembro de 1910, haver requerido Adelaide Maria das Neves, residente na freguesia da Encarnação, do 2.º bairro de Lisboa, o filho, o pagamento do que ficou em dívida a seu falecido marido Joaquim das Neves, como fiel de armazéns da Alfândega de Lisboa, a fim de que qualquer pessoa, que também se julgue com direito à percepção do indicado débito ou de parte dele, requeira pela 2.ª Repartição desta Direcção Geral, no prazo de sessenta dias, findo o qual será resolvida a pretensão.

Direcção Geral da Contabilidade Pública, em 16 de Abril de 1912.—O Director Geral, *André Navarro*.

Direcção Geral das Contribuições e Impostos

4.ª Repartição

Sendo-me presente a consulta do Supremo Tribunal Administrativo, acerca do recurso n.º 13:777, em que é recorrente Domingos José Barbosa, comerciante da praça de Lisboa, morador na rua dos Fanqueiros, n.º 59, da freguesia da Madalena, do 2.º bairro, e recorrido o Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, de que foi relator o vogal efectivo Dr. Abel Pereira de Andrade:

Mostra-se que, em 10 de Agosto de 1911, o chefe de distrito de 1.ª classe, Firmino de Sequeira Manso, lavrou nos termos do artigo 108.º do decreto de 9 de Agosto de 1902, auto de transgressão do artigo 108.º da tabela geral do imposto do selo, aprovada por lei de 24 de Maio de 1902, a fl. 2, contra Domingos José Barbosa, comerciante da praça de Lisboa, morador na Rua dos Fanquei-

ros, n.º 59, da freguesia da Madalena, no 2.º bairro, e consta do auto:—que, ao inspecionar o chefe de distrito referido, os livros e mais documentos do estabelecimento comercial de Domingos José Barbosa, foram-lhe apresentados, sem estar selados, seis livros, dois de 300 folhas cada um, denominados *Diversos devedores*, que correspondem ao *Razão*, e quatro (dois de 200 folhas cada um, um de 201, e outro de 150), denominados os três primeiros *Memorial*, e o quarto sem qualquer designação, que correspondem ao *Diário*; que, pelas informações recebidas, a escrita do estabelecimento é feita nos livros indicados, pois não tem outros, selados ou por selar; que este facto implica transgressão do artigo 108.º da tabela citada, a que corresponde a penalidade do artigo 210.º do decreto de 9 de Agosto de 1902, por se realizar a hipótese prevista no § 1.º desse artigo; que os seis livros referidos ficaram em poder do arguido que se comprometeu a apresentá-los como estavam no momento da inspecção, quando lhe forem exigidos; que o arguido não reconheceu a transgressão, a fls. 2, 3;

Mostra-se que, enviado o auto à estação competente, como dispõe o artigo 1.º do decreto de 26 de Maio de 1911, e intimados o arguido e o chefe de distrito, declarou este que, para todos os efeitos legais, confirmava o conteúdo da sua participação; e o arguido declarou: que não se conformava com o auto de transgressão, pois que os seis livros apreendidos são auxiliares do *Diário* e do *Razão*, que possui devidamente selados embora não estejam escriturados em dia; que ao ser feita a apreensão dos seis livros, esqueceu-se, por virtude da perturbação que o facto lhe produziu, de mostrar o *Diário e Razão*;

Mostra-se que as testemunhas do auto, de fls. 12, 13, o confirmaram inteiramente;

Mostra-se que o Secretário de Finanças ordenou, por despacho de 16 de Agosto de 1911, a nomeação de peritos cujas conclusões permitissem determinar a denominação dos livros a que se refere o auto, a fl. 6; e, nomeados os peritos, nos termos desse despacho, por parte da Fazenda Nacional, do chefe de distrito e do arguido, foram submetidos à sua apreciação os seguintes quesitos: 1) ¿ Que denominação deve ter, para os efeitos comerciais, cada um dos seis livros apreendidos a Domingos José Barbosa?; ¿ Os livros *Diário e Razão*, selados em 1895 e escriturados até Janeiro de 1896, devem ou não ter valor para o efeito da escrita comercial, embora deixem de ser escriturados desde Janeiro de 1896?

Mostra-se que os peritos nomeados pela Fazenda Nacional e pelo arguido—um inspector da fiscalização das sociedades anónimas e um guarda-livros, perito nos tribunais comercial e civil de Lisboa—responderam, em 21 de Agosto de 1911, quanto ao 1.º quesito, que os dois livros, denominados *Devedores diversos* eram tecnicamente livros de *Contas correntes*, e que os restantes quatro livros, três denominados *Memoriais* e o outro sem denominação, eram tecnicamente *Memoriais*, e, quanto ao 2.º quesito, que os livros *Diário e Razão* tinham valor e legalidade, para os efeitos da escrita comercial, quando fossem continuados com veracidade. O perito nomeado pelo aprensor, um comerciante, que assinou *vencido*, declarou: que os seis livros, ou sejam *Memoriais* ou *Auxiliares*, deviam ser memoriais ou auxiliares dos livros que a lei sujeita ao selo; que no livro selado, que foi apresentado, e que está escriturado até princípios de 1896, cabia apenas a escrituração do ano de 1896; que, por este processo, a Fazenda Pública tinha sido defraudada, na importância do selo devido desde 1896 até 1911, e todos os negociantes podiam evitar o pagamento integral do imposto do selo devido pelos livros, que a lei exige, desde que tivessem alguns livros, nunca escriturados, mas com algumas páginas seladas;

Mostra-se que o Secretário de Finanças, por decisão de 26 de Agosto de 1911, julgou insubsistente a transgressão autuada, por falta de fundamento legal, a fls. 18-20; e, interposto recurso dessa decisão para o Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos a fls. 22-29, este Conselho, sobre o informe do inspector de finanças e do juiz auditor junto do Ministério das Finanças, decidiu, por acórdão de 26 de Setembro de 1911, que devia ser concedido provimento no recurso, reformado o despacho recorrido e condenado o transgressor na multa e selo devidos, além das custas que fossem liquidadas;

Mostra-se que deste acórdão vem o presente recurso: O que tudo visto e ponderado, ouvido o Ministério Público:

Considerando que as partes são legítimas e os próprios que estão em juízo e que neste recurso, interposto no prazo legal, foi empregado o processo competente;

Considerando que, nos termos do artigo 108.º da tabela geral do imposto do selo, aprovada por lei de 24 de Maio de 1902, estão sujeitos ao selo designado nesse artigo os livros dos comerciantes: *Inventário e Balanço, Diário, Razão, Actas e Registo de acções e obrigações*; e nenhum destes se encontra entre aqueles, a que se refere o auto de fl. 2 lavrado contra Domingos José Barbosa, comerciante;

Considerando que o *Diário e Razão*, escriturados até Janeiro de 1905, que foram examinados pelos peritos de fl. 15 e seg., estão devidamente selados; e não pode aplicar-se a penalidade imposta no artigo 210.º do decreto de 9 de Agosto de 1902 aos comerciantes que não tem os seus livros em dia;

Considerando que, os seis livros auxiliares, a que se refere o auto de fl. 2, não estão sujeitos ao imposto do selo e, portanto, carece de fundamento a invocação da